

Celso Alves Borges Neto

**A Intersecção entre Fatores Sociocognitivos e Preconceito:
Um Estudo sobre Atitudes em Relação a Imigrantes e Diversidade Sexual**

Uberlândia

2024

Celso Alves Borges Neto

**A Intersecção entre Fatores Sociocognitivos e Preconceito:
Um Estudo sobre Atitudes em Relação a Imigrantes e Diversidade Sexual**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia
Orientador: Leonardo Gomes Bernardino

Uberlândia

2024

Celso Alves Borges Neto

**A Intersecção entre Fatores Sociocognitivos e Preconceito:
Um Estudo sobre Atitudes em Relação a Imigrantes e Diversidade Sexual**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia
Orientador: Leonardo Gomes Bernardino

Banca Examinadora

Uberlândia, 18 de abril de 2024

Prof. Dr. Leonardo Gomes Bernardino (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Prof. Dr. João Fernando Rech Wachelke (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Uberlândia
2024

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para minha formação pessoal e profissional. A realização deste trabalho simboliza a concretização de um ciclo, o de me tornar psicólogo.

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Psicologia por oferecerem um ambiente de aprendizado e desenvolvimento, e aos meus professores por compartilharem seu conhecimento e experiência. Um agradecimento especial ao meu orientador, Dr. Leonardo Gomes Bernardino, pela paciência, dedicação e ensinamentos.

À minha família, minha eterna gratidão por todo o amor, suporte e compreensão. Vocês foram minha fonte de motivação e força nos momentos mais difíceis desta caminhada. Agradeço principalmente aos meus pais, Gelma e Nardeli, que nunca mediram esforços para que eu pudesse me dedicar aos estudos e alcançar esse tão estimado sonho. Tenho certeza de que os ensinamentos e os valores de vocês foram o que me orientaram até este momento.

Aos meus amigos e colegas de curso, por todas as trocas, discussões enriquecedoras e o apoio incondicional. Juntos, compartilhamos não apenas desafios, mas também grandes alegrias e conquistas. Durante minha jornada acadêmica (desde o Ensino Médio), pude encontrar amigos incríveis, os quais admiro muito por sua inteligência, integridade, esforço e companheirismo. São amigos que extrapolaram a barreira do ambiente acadêmico, tornando parte importante da minha vida.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada, meu sincero agradecimento. Este trabalho não seria o mesmo sem a colaboração e o incentivo de cada um de vocês.

Resumo

Grupos minoritários são alvos dos preconceitos originados das construções sociais que refletem as crenças, valores e atitudes dirigidos a um grupo, como a população LGBTQIA+ e os imigrantes. Este trabalho teve por objetivo investigar a relação entre preconceito contra imigrantes e a diversidade sexual e de gênero e fatores como religiosidade, autoritarismo de direita e orientação à dominância social no Brasil. Neste estudo transversal, 199 participantes, com idade que varia entre 18 e 77 anos ($M = 34,0$; $DP = 12,8$), responderam a seis instrumentos: 1) questionário sociodemográfico; 2) versão reduzida da Escala de Autoritarismo de Direita (EAD); 3) versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social (SDO-7); 4) Índice de Religiosidade de Duke; 5) Escala Revisada de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero; e 6) Escala de Atitudes em Relação à Imigração. Os resultados mostraram correlações significativas entre os fatores sociocognitivos (religiosidade, o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social) e as atitudes negativas com imigrantes e diversidade sexual e de gênero. Ademais, observou-se que indivíduos que se descrevem como conservadores apresentaram maiores níveis de preconceito contra imigrantes e contra a população LGBTQIA+. Esses achados ampliam a compreensão sobre as bases sociais e cognitivas do preconceito no Brasil, mostrando a necessidade de desenvolver estratégias de intervenção que visem à promoção de uma cultura de tolerância e respeito à diversidade.

Palavras-chave: Minoria sexual; Imigrante; Religiosidade; Preconceito.

Abstract

Minority groups are targets of prejudice stemming from social constructions that reflect the beliefs, values, and attitudes directed toward a group, such as the LGBTQIA+ population and immigrants. This study aimed to investigate the relationship between prejudice against immigrants and sexual and gender diversity and factors such as religiosity, right-wing authoritarianism, and social dominance orientation in Brazil. In this cross-sectional study, 199 participants, aged between 18 and 77 years ($M = 34.0$; $SD = 12.8$), responded to six instruments: 1) sociodemographic questionnaire; 2) Right-Wing Authoritarianism Scale (reduced version); 3) Social Dominance Orientation Scale (reduced version); 4) Duke Religiosity Index; 5) Revised Scale of Prejudice against Sexual and Gender Diversity; and 6) Attitudes Towards Immigration Scale. The results showed significant correlations between socio-cognitive factors (religiosity, right-wing authoritarianism, and social dominance orientation) and negative attitudes towards immigrants and sexual and gender diversity. Furthermore, it was observed that individuals who described themselves as conservative had higher levels of prejudice against immigrants and the LGBTQIA+ population. These findings expand the understanding of the social and cognitive bases of prejudice in Brazil, showing the need to develop intervention strategies to promote a culture of tolerance and respect for diversity.

Keywords: Sexual minority; Immigrant; Religiosity; Prejudice.

Sumário

1. Introdução	8
2. Método	17
2.1. Participantes	17
2.2. Material e Equipamento	17
2.3. Procedimento	20
2.4. Análise de Dados	20
3. Resultados	21
4. Discussão	26
5. Conclusão	32
5. Referências	33

1. Introdução

O preconceito é um fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado pela formação de opiniões ou atitudes negativas em relação a pessoas ou grupos, baseadas em percepções pré-concebidas ou estereótipos (Lima, 2013; Pérez-Nebra & Jesus, 2011). Allport (1967) considera o preconceito como uma atitude antipática ou hostil em relação a um indivíduo ou grupo baseada em generalizações irrefletidas e infundadas. O autor ainda destaca que o preconceito envolve uma predisposição negativa que não é baseada em experiências diretas ou informações precisas sobre o grupo alvo.

Allport (1967) aborda o preconceito como um fenômeno que pode ser simultaneamente individual e grupal, contextual e relacional. Ou seja, o preconceito pode se manifestar tanto no nível individual, refletindo as atitudes e crenças de uma pessoa em relação a um grupo específico, quanto no nível grupal, onde as normas e valores do grupo influenciam as percepções e comportamentos em relação a outros grupos. Além disso, esse autor ressalta a importância do contexto social e relacional na formação e perpetuação do preconceito. Ele enfatiza que as interações sociais, as dinâmicas de poder, as normas culturais e as experiências passadas desempenham um papel significativo na maneira como o preconceito se desenvolve e se mantém em uma sociedade. Na mesma direção, Lima (2013) ressalta que o preconceito pode ser direcionado a diversos grupos minoritários (como grupos étnicos, gênero, orientação sexual e nacionalidade) e que é influenciado por uma série de fatores psicológicos, sociais e culturais.

Os fatores psicológicos abrangem uma ampla gama de processos internos que influenciam o comportamento, as emoções, a percepção e o pensamento de um indivíduo (Pérez-Nebra & Jesus, 2011). Assim, os fatores psicológicos e sociocognitivos interagem para moldar a percepção, o comportamento e as atitudes das pessoas dentro de um contexto social.

Esses fatores incluem esquemas cognitivos, representações sociais e a influência das interações sociais e culturais na formação de conceitos e atitudes.

A cognição social aborda os processos envolvidos na compreensão e conhecimento que as pessoas têm sobre si, percebem o outro e entendem determinadas situações (Bastos, 1999). Não é possível pensar a cognição social como um fator apenas individual, pois a pessoa está inserida numa cultura que já possui algumas normas, regras, estereótipos, papéis e *scripts* estabelecidos. Mas, apesar disso, a forma como cada pessoa interpreta e compreende as informações, está sempre em processo de mudança pelo fato que o indivíduo tem constantes interações, sejam elas sociais ou com alguma fonte de conhecimento. Sendo assim, “as ideias, representações e pensamentos são processados coletiva e individualmente” (p. 90).

Um dos mecanismos dentro da cognição social é o esquema, ou *schema*, que se trata dos “conteúdos (estruturas de conhecimentos armazenados na memória) de nossa cognição social” (Tróccoli, 2011, p. 79) utilizados para guardar informações sobre características, conceitos e funcionamentos. Esse mecanismo é um construto obtido a partir das experiências que estruturam conceitos gerais sobre algo, no objetivo de facilitar deduções, interações sociais, formas de agir, definições de pessoas e sobre os papéis sociais. Giovani e Tamayo (2000) relatam que depois de “estruturado, o esquema funciona como uma lente que filtra as informações, retendo, estruturando e organizando aqueles estímulos que sejam consistentes à estrutura do esquema” (p. 176). Os autores complementam dizendo que o “resultado desta organização é um padrão perceptível, o qual será utilizado como base para futuros julgamentos, decisões, inferências ou predições sobre o self” (p. 176).

Dessa forma, é possível perceber que o ambiente é essencial para o desenvolvimento dos esquemas cognitivos do indivíduo que está inserido nele. De acordo com Frödin (2017), os esquemas cognitivos compartilhados de uma cultura são transmitidos entre indivíduos, grupos e gerações. Sendo assim, os esquemas são interpretações e informações acumuladas que são

construídos de acordo com um sistema já estabelecido. Este conceito ajuda a aprofundar o entendimento do preconceito, um tema que tem sido historicamente explorado por meio de características psicológicas. Estas incluem o desenvolvimento de uma personalidade autoritária, uma menor inclinação para a abertura, um contato limitado com o grupo discriminado e falhas no processamento da informação relacionadas à cognição social, conforme apontado por Lacerda et al. (2002).

Para temas complexos como o preconceito, os fatores psicológicos, por si só, não conseguem compreender esse fenômeno, tendo, então, que considerar aspectos sociais. A concepção social aborda a perspectiva das relações intergrupais, em que acredita no preconceito como algo que coloca o sujeito dentro de uma categoria social (Lacerda et al., 2002). Devido às relações intergrupais e os conflitos culturais, as relações de poder fazem com o sentimento de pertença do indivíduo dentro de um grupo social dominante passe a atribuir características positivas a seu grupo e negativas a outro grupo. Sendo assim, de acordo com a teoria de Tajfel (1982), como citado por Prado e Machado (2017), o “preconceito social se estrutura cognitivamente a partir da diferenciação e da categorização social” (p. 75). Segundo Lima (2013), os preconceituosos mais agressivos atribuem características positivas ao seu grupo e negativas ao outro grupo, enquanto preconceituosos mais sutis não atribuem características negativas ao outro grupo, mas categorizam apenas seu grupo com atribuições positivas.

Com isso em mente, torna-se fundamental adotar métodos que priorizem o estudo dos conceitos sociais e das interações entre diferentes grupos de pessoas, mais do que focar exclusivamente nos aspectos psicológicos individuais. A teoria das representações sociais, desenvolvida por Moscovici, fornece ferramentas valiosas para entender e explicar os fenômenos sociais. Essa teoria nos ajuda a ver como os grupos se comportam e quais atitudes adotam, tudo isso baseado em suas crenças, valores e normas que compartilham (Sousa &

Souza, 2021). As representações sociais, que emergem das interações entre indivíduos, criam uma ponte entre o pessoal e o coletivo. Elas são essenciais para contextualizar como as sociedades funcionam, identificar por que conflitos surgem e promover um entendimento mais profundo entre culturas diferentes. As representações fazem com que as pessoas não apenas respondam ao seu ambiente com base no que aprenderam socialmente, mas também que elas participem ativamente na construção dessa realidade social com base nessas aprendizagens.

A teoria do construtivismo estruturalista de Bourdieu proporciona um entendimento abrangente de como as estruturas sociais fundamentam as interações e representações sociais, enfatizando a importância dos diversos capitais e da posição dos agentes sociais dentro destas estruturas (Beytía, 2012). Ao integrar elementos do construtivismo e do estruturalismo, Bourdieu demonstra o processo pelo qual as desigualdades são tanto reproduzidas quanto naturalizadas, destacando a interação dinâmica entre campos e classes sociais e as práticas individuais. Esse autor enfatiza que, a partir de conceitos como capital cultural, social, simbólico e o habitus, Bourdieu desvenda os mecanismos de inferiorização social e de naturalização, demonstrando como esses processos contribuem para a manutenção das hierarquias sociais. De acordo com Prado e Machado (2008), os estudos do preconceito relatam as relações que existem entre a inferiorização social e os mecanismos de naturalização.

O Brasil, mesmo sendo um país marcado pela diversidade, também é palco de desigualdades significativas, fruto de um passado colonial e escravocrata. O resultado é a manifestação de preconceito e de discriminação de várias maneiras, sendo algumas das mais comuns o racismo, a discriminação de gênero, a homofobia e o preconceito de classe (Lima, 2013). Essas formas de preconceito estão profundamente enraizadas na história e na estrutura social do país, refletindo desigualdades históricas que se perpetuam até hoje (Pérez-Nebra & Jesus, 2011).

O caso particular do preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ é uma realidade presente em diversos setores da sociedade brasileira. Lacerda et. al (2002) apontam que as representações sociais, a teoria de influência social e a teoria da identidade social, contribuem para o entendimento do preconceito contra homossexuais. Devido ao sentimento de pertença em um grupo social, o sujeito terá atitudes direcionadas ao grupo desfavorecido e irá atribuir características negativas baseado em pressupostos psicológicos, biológicos, religiosos e morais, se tornando a realidade do senso comum. Segundo Prado e Machado (2008), o “preconceito, neste caso, possui um funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências, para produzir o que aqui denominamos de hierarquia sexual” (p. 70).

Esses valores positivos contribuem para a formação de uma concepção de normatividade, ou seja, é construído, socialmente, que a heterossexualidade é normal e a homossexualidade é anormal. Butler (2003) aborda o conceito “matriz heterossexual”, que seria a existência, por parte da cultura, da coerência entre orientação sexual, sexo, identidade de gênero e expressão de gênero. Ou seja, o indivíduo que nascer como macho (sexo), deverá se identificar como homem (identidade de gênero) e ser masculino (expressão de gênero), além de ser heterossexual. O outro modelo aceitável seria o inverso: heterossexual, fêmea, mulher e feminina. Assim, qualquer um que sair do esquema traçado pela matriz, será considerado como anormal diante do padrão binário pré-estabelecido culturalmente.

Por conta da hierarquização e inferiorização, o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero traz grandes consequências no campo individual e social. Assim como citado no texto de Prado e Machado (2008), os indivíduos inferiorizados internalizam as características negativas e constroem a sua personalidade baseada nessa visão social distorcida. Além disso, a preconceito deslegitima a vivência das minorias sexuais e de gênero, pois esse sujeito está constantemente com medo da rejeição, violência (verbal e física) e abandono. A hierarquização

e inferiorização, embora sejam processos diferentes, trabalham em conjunto e solidificam a realidade social.

Como já discutido no texto, o preconceito tem uma dimensão psicológica (individual) e uma dimensão social, que podem ser percebidas nos processos de inferiorização e hierarquização. A inferiorização tem a lógica da opressão, que ocorre a internalização da estrutura social e destina os homossexuais a subalternização, enquanto a hierarquização tem a lógica da subordinação, que designa a posição dos agentes sociais (grupos sociais) na estrutura social (sociedade) (Prado & Machado, 2008). Aqui a posição social não é retilínea, está mais para uma balança, ou seja, para que uma esteja numa posição mais superior, a outra precisa estar numa mais inferior.

Neste sentido, as comunidades religiosas têm um papel importante, na medida em que o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ é fruto de esquemas cognitivos que hierarquizam as pessoas em categorias sociais, onde as que não se encaixam em padrões heteronormativos são vistas como inferiores. Esses esquemas cognitivos são reforçados por atitudes negativas em relação à diversidade sexual e de gênero, que são transmitidas por líderes religiosos e por discursos que pregam a inferiorização daqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos. Isso acaba criando uma cultura de exclusão, onde os membros da comunidade LGBTQIA+ são vistos como desviantes e, portanto, merecedores de punição e rejeição.

Gomes e Souza (2021) destacam que, historicamente, as doutrinas religiosas, com destaque para o Catolicismo e, mais recentemente, as igrejas evangélicas, têm influenciado profundamente os valores morais e as normas sociais. Isso inclui a construção de uma visão de mundo que frequentemente marginaliza e discrimina minorias sexuais, sustentando estereótipos e promovendo uma desigualdade de gênero enraizada em uma estrutura patriarcal (Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas

Públicas para População LGBTQIA+, 2023). Assim, a relação entre religião e preconceito se manifesta de maneiras variadas, dependendo da orientação religiosa e da interpretação dos ensinamentos religiosos. Enquanto algumas correntes religiosas podem promover valores de tolerância e inclusão, outras podem reforçar preconceitos existentes, seja contra minorias raciais, de gênero, ou sexuais (Gomes & Souza, 2021; Herek, 1987). Herek (1987) aponta que a orientação religiosa de uma pessoa, seja ela intrínseca, onde a religião é central na vida do indivíduo, ou extrínseca, onde a religião é utilizada para atingir fins pessoais, pode influenciar significativamente suas atitudes em relação a esses grupos.

Além disso, a orientação à dominância social (SDO, na sigla em inglês) e o autoritarismo de direita (AD) são conceitos importantes para entender a perpetuação do preconceito. Segundo Chambers (2016), a dominância social refere-se à preferência por hierarquias sociais e desigualdades, ao passo que, de acordo com Cavalcanti (2016), o autoritarismo de direita envolve a submissão excessiva à autoridade, a agressividade contra indivíduos que desafiam as convenções e um forte convencionalismo. Ambos os fenômenos estão associados ao preconceito, pois indivíduos com altos níveis de autoritarismo de direita ou que valorizam a dominância social tendem a exibir maior discriminação contra minorias, vendo-as como ameaças à ordem social ou inferiores na hierarquia social (Cavalcanti, 2016; Chambers, 2016; Żemojtel-Piotrowska et al., 2023).

O estudo de Chambers (2016) ilustra a relação dinâmica entre orientação religiosa, SDO, AD e preconceito, mas também destaca o papel dos fatores sociais e de personalidade na perpetuação de atitudes discriminatórias. Através da análise de seis tipos de orientação religiosa, o estudo revela como essas orientações estão intrinsecamente ligadas a diversas formas de preconceito e discriminação, enfatizando a necessidade de explorar a religiosidade além de meras identificações ou tradições religiosas. Essa abordagem multifacetada permite uma exploração mais profunda das raízes do preconceito, destacando como certas orientações

religiosas podem fomentar ou mitigar atitudes discriminatórias. Além disso, o estudo mostra que a SDO e o AD são preditores significativos de preconceito sutil, com a SDO apresentando uma forte correlação com várias formas de preconceito e o AD surgindo como a variável preditora mais forte, sublinha a importância dos fatores de hierarquia social e autoridade na conformação de atitudes preconceituosas.

Assim sendo, a interação entre religião, SDO e AD na modulação do preconceito, especialmente contra minorias sexuais abre novas perspectivas para compreender as complexidades dos comportamentos discriminatórios (Chambers, 2016). A religiosidade pode amplificar ou atenuar o preconceito, dependendo de como as crenças religiosas são interpretadas e vivenciadas. Em contextos nos quais a religião é usada para justificar a superioridade de um grupo sobre outros ou para impor uma ordem social rígida, o preconceito encontra um ambiente propício (Vilanova et al., 2019). Por outro lado, interpretações mais inclusivas e compassivas dos ensinamentos religiosos podem promover a tolerância e a aceitação.

Além disso, outros grupos minoritários são alvos dos preconceitos originados das construções sociais que refletem as crenças, valores e atitudes de um grupo em relação a determinado objeto, como os imigrantes. No caso dos imigrantes, as representações sociais podem ser influenciadas por fatores como a política e a cultura. Muitas vezes, os imigrantes são retratados como ameaças no mercado de trabalho, disseminadores de doenças, responsáveis pelo aumento da violência e criminalidade e pelo uso dos serviços públicos essenciais de caráter universal, sendo retratados como indesejados e perigosos (Silva et al., 2021). Os estereótipos e o preconceito afetam as experiências dos imigrantes no Brasil de diversas maneiras, como as políticas públicas, a integração e as percepções da população em relação aos imigrantes, criando barreiras para o acesso a serviços básicos e oportunidades de trabalho (Brandt & Wasserman, 2021).

Os resultados do estudo de Žemojtel-Piotrowska et al. (2023) confirmam essa complexidade, demonstrando que a religiosidade, a SDO e o AD modulam o preconceito contra imigrantes de maneiras distintas. A religiosidade, associada a maiores níveis de preconceito, especialmente quando mediada pelo AD, sugere que pessoas mais religiosas, com tendências autoritárias, percebem os imigrantes como ameaças à sua ordem social. Da mesma forma, altos níveis de AD e de SDO estão relacionados a atitudes mais negativas em relação a imigrantes, evidenciando uma preferência por hierarquias sociais e discriminação contra grupos percebidos como inferiores ou estrangeiros. Esses achados ressaltam a importância de abordar a intersecção dessas variáveis ao buscar entender e mitigar o preconceito em nossas sociedades.

Frente ao exposto, o presente estudo tem por objetivo investigar o preconceito contra minorias sexuais e imigrantes no Brasil e sua relação com a religiosidade, o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social. Espera-se que o nível de religiosidade, de autoritarismo de direita e de orientação à dominância social estejam correlacionados positivamente com o preconceito contra as minorias sexuais e os imigrantes.

2. Método

2.1. Participantes

Cento e noventa e nove (199) adultos (155 do sexo feminino), com idade entre 18 e 77 anos, com média de 34 anos ($DP = 12,8$) participaram como voluntários do estudo. A amostra foi obtida por conveniência, com o convite para participação sendo publicado em redes sociais, contendo informações sobre o estudo e instruções iniciais para sua participação. A Tabela 1 apresenta as características da amostra. Antes de iniciar sua participação no experimento, todos os voluntários assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFU (CAAE: 69727823.1.0000.5152).

2.2. Material e Instrumentos

Foi utilizado um questionário semiestruturado para a obtenção de informações relativas aos dados sociodemográficos (idade, sexo, orientação sexual, raça, estado civil, anos de escolaridade, posicionamento político e status social percebido). Também foram utilizadas as seguintes escalas de autorrelato:

1) versão reduzida da Escala de Autoritarismo de Direita (EAD, Vilanova et al., 2018, 2023): composta por 12 itens distribuídos em quatro fatores (3 itens para cada fator): Autoritarismo, Contestação à Autoridade, Tradicionalismo e Submissão à Autoridade. A avaliação é realizada por meio de uma escala Likert de 5 pontos (de "discordo totalmente" a "concordo totalmente"). Os índices de confiabilidade, como o alfa de Cronbach, mostraram-se adequados para os quatro fatores, variando de 0,73 a 0,91, indicando uma consistência interna satisfatória para a escala reduzida.

2) versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social (SDO-7, Vilanova et al., 2022): composta por 8 itens, divididos igualmente entre os fatores Dominância, que se refere à preferência por hierarquias sociais com clara opressão a grupos subordinados, e Anti-

Igualitarismo, que indica preferência pela desigualdade entre grupos e rejeita políticas públicas voltadas à redução dessa desigualdade. As respostas são dadas numa escala Likert de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). A consistência interna demonstrou ser satisfatória para ambos os fatores, com alfa de Cronbach de 0,85 para Dominância e 0,81 para Anti-Igualitarismo, indicando boa confiabilidade do instrumento reduzido.

3) Índice de Religiosidade de Duke (P-DUREL, Moreira-Almeida et al. 2008; Strelhow & Sarriera, 2018): composta por cinco itens que avaliam três dimensões distintas da religiosidade: organizacional (RO), não-organizacional (RNO) e intrínseca (RI). A avaliação é realizada por meio de respostas de frequência (2 itens com 6 opções) e de concordância (3 itens com 5 opções). O escore das três dimensões é analisado separadamente e não resulta em um escore total. O instrumento apresentou boa consistência interna (α de Cronbach = 0,87).

4) Escala Revisada de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (Costa et al., 2015, 2016): composta por 18 itens com um fator. A avaliação é feita por meio de uma escala Likert de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). O instrumento apresentou boa consistência interna (α de Cronbach = 0,94).

5) Escala de Atitudes em Relação à Imigração (Duarte, 2020): instrumento psicométrico com 20 itens, avaliados por meio de uma escala Likert de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Ela abrange três dimensões distintas: atitudes positivas, preconceito e preconceito extremo, com alfa de Cronbach de 0,88, 0,73 e 0,79, respectivamente. Essas dimensões juntas explicam 48% da variância comum dos itens, demonstrando a capacidade da escala em capturar nuances das atitudes em relação à imigração.

Tabela 1*Caracterização da Amostra (n = 199) em Relação aos Dados Sociodemográficos.*

Variável sociodemográfica	n	%
Gênero		
Feminino	155	77,9
Masculino	44	22,1
Idade (M = 34,0; DP = 12,8)		
≤ 23	53	26,6
24-35	65	32,7
36-50	62	31,2
> 50	19	9,5
Região onde nasceu		
Centro-Oeste	33	16,6
Nordeste	8	4,0
Norte	1	0,5
Sudeste	148	74,4
Sul	9	4,5
Região onde mora atualmente		
Centro-Oeste	35	17,6
Nordeste	3	1,5
Norte	1	0,5
Sudeste	157	78,9
Sul	3	1,5
Estado civil		
Casado(a) / União estável / Amasiado(a)	86	43,2
Divorciado(a) / Separado(a)	10	5,0
Solteiro(a)	97	48,8
Viúvo(a)	6	3,0
Raça		
Amarelo	6	3,0
Branco	124	62,3
Pardo	61	30,7
Preto	8	4,0
Nível de escolaridade		
Ensino fundamental incompleto	7	3,5
Ensino fundamental completo	6	3,0
Ensino médio incompleto	7	3,5
Ensino médio completo	45	22,6
Ensino superior incompleto	62	31,2
Ensino superior completo	72	36,2
Posicionamento político		
Conservador	94	47,2
Progressista	105	52,8

2.3. Procedimento

No convite para participação na pesquisa, publicado em redes sociais, foram explicitados os objetivos e informações básicas sobre o estudo. Neste, também foi disponibilizado um link, que poderia ser acessado por meio de um aparelho eletrônico com internet. Neste, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após leitura do TCLE e, caso estivessem de acordo com as informações nele contidas, os participantes assinalaram a opção de concordância com o TCLE. Na sequência, os participantes responderam ao questionário sociodemográfico e aos instrumentos de autorrelato, estes em ordem aleatória. A participação na pesquisa teve uma duração aproximada de 25 minutos.

2.4. Análise de dados

O delineamento da pesquisa é transversal, com o nível de manipulação correlacional. As variáveis foram os níveis de religiosidade, de autoritarismo à direita, de orientação à dominância social, o status social percebido e o preconceito contra as minorias sexuais e os imigrantes. Foram calculadas as médias, os desvios-padrão e as medianas dessas variáveis, as quais também foram submetidas à correlação de Pearson. As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do programa Jamovi.

3. Resultados

3.1. Fatores sociocognitivos

A análise da Escala de Autoritarismo à Direita (EAD) indicou um escore médio total igual a 33,6 (DP = 6,98) e mediana igual a 33. A seguir, apresentam-se o escore médio, o desvio-padrão e a mediana para cada um dos fatores da EAD: “Autoritarismo” (M = 10,2; DP = 3,72; Med = 12); “Contestação à Autoridade” (M = 10,0; DP = 3,43; Med = 11); “Tradicionalismo” (M = 5,81; DP = 3,02; Med = 5); e “Submissão à Autoridade” (M = 7,64; DP = 3,26; Med = 7). Em relação à Escala de Orientação à Dominância Social (SDO-7), o fator “Dominância” teve um escore médio igual a 2,81 (DP = 1,61) e mediana igual a 2,50. Já no fator “Anti-Igualitarismo”, o escore médio foi igual a 2,91 (DP = 1,32) e mediana igual a 2,75. Cabe lembrar que nessas duas escalas, maiores escores indicam maiores traços das características avaliadas.

Por outro lado, nos três fatores da Escala de Religiosidade de Duke (DUREL), menores escores indicam maior religiosidade. No fator “Religião Organizacional”, o escore médio foi igual a 3,55 (DP = 1,51) e mediana igual a 4. No fator “Religião Não-Organizacional”, o escore médio foi igual 3,22 (DP = 1,71) e mediana igual a 2. Por fim, no fator “Religião Intrínseca”, observou-se um escore médio igual a 6,29 (DP = 3,58) e mediana igual a 5. Com relação ao status social percebido, medido por meio da escala MacArthur, o valor médio foi igual a 5,57 (DP = 1,69) e mediana igual a 5. Conforme já apresentado, quanto maior o valor atribuído, mais elevado é o status social percebido do participante em relação à população em geral.

Para verificar a relação entre esses fatores sociocognitivos, foram realizadas análises de correlação de Pearson, cujos resultados estão descritos na Tabela 2. Destaca-se que a análise revelou correlações estatisticamente significativas entre todas as variáveis e seus fatores, denotando uma robusta associação entre os construtos. Nota-se que o status social percebido não é apresentado na referida tabela, pois esta variável correlacionou-se positivamente e de maneira significativa somente com o fator “Dominância” da SDO-7 ($r = 0,251$, $p < 0,001$). As

relações entre o status social percebido e as demais variáveis não foram estatisticamente significativas ($p > 0,05$).

Tabela 2

Matriz de correlação dos níveis de autoritarismo à direita, de orientação à dominância social e de religiosidade.

		1	2	3	4	5	6
1. EAD-T	r	—					
	p	—					
2. SDO-D	r	0,371	—				
	p	<0,001*	—				
3. SDO-E	r	0,273	0,535	—			
	p	<0,001*	<0,001*	—			
4. DUREL-RO	r	-0,432	-0,178	-0,181	—		
	p	<0,001*	0,012*	0,010*	—		
5. DUREL-RNO	r	-0,304	-0,179	-0,147	0,553	—	
	p	<0,001*	0,012*	0,038*	<0,001*	—	
6. DUREL-RI	r	-0,520	-0,312	-0,189	0,598	0,618	—
	p	<0,001*	<0,001*	0,008*	<0,001*	<0,001*	—

Nota: EAD-T = escore total na Escala de Autoritarismo à Direita; SDO-D = Fator de Dominância na Escala de Orientação à Dominância Social-7; SDO-E = Fator de Anti-Igualitarismo na Escala de Orientação à Dominância Social-7; DUREL-RO = Fator de Religiosidade Organizacional na Escala de Religiosidade de Duke; DUREL-RNO = Fator de Religiosidade Não-Organizacional na Escala de Religiosidade de Duke; DUREL-RI = Fator de Religiosidade Intrínseca na Escala de Religiosidade de Duke; r = correlação de Pearson; p = nível de significância; e * = correlação estatisticamente significativa

3.2. Diversidade Sexual e de Gênero

A análise da Escala Revisada de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (ERPDSG) revelou um escore médio igual a 32,2 (DP = 15,6), com a mediana igual a 25. Esses valores encontram-se abaixo do ponto médio da escala (54), indicando que a amostra tem atitudes mais positivas do que negativas em relação à diversidade sexual e de gênero.

Análises de correlação de Pearson indicaram que o escore da ERPDSG está correlacionado de maneira positiva e significativa com os fatores “Autoritarismo” ($r = 0,404$, $p < 0,001$), “Tradicionalismo” ($r = 0,600$, $p < 0,001$) e “Submissão à Autoridade” ($r = 0,432$, $p < 0,001$) da escala de Autoritarismo à Direita (EAD) e também com o escore total desta ($r = 0,563$,

$p < 0,001$); e com os fatores “Dominância” ($r = 0,375$, $p < 0,001$) e “Anti-Igualitarismo” ($r = 0,342$, $p < 0,001$) da escala de Orientação à Dominância Social (SDO-7). Além disso, foram observadas correlações negativas e significativas com o fator “Contestação à Autoridade” ($r = -0,231$, $p = 0,001$) da EAD e com os três fatores do Índice de Religiosidade de Duke (DUREL): “Religiosidade Organizacional” ($r = -0,415$, $p < 0,001$), “Religiosidade Não-Organizacional” ($r = -0,253$, $p < 0,001$) e “Religiosidade Intrínseca” ($r = -0,397$, $p < 0,001$).

Para verificar se havia diferenças nos escores da ERPDSG entre pessoas que se classificam como conservadoras ou progressistas no espectro político, realizou-se um teste *t* de amostras independentes. O resultado indicou diferença significativa no preconceito contra diversidade sexual e de gênero ($t_{197} = -9,22$, $p < 0,001$), com atitudes mais negativas das pessoas que se consideram conservadoras ($M = 41,27$; $DP = 16,3$) em comparação com as pessoas que se classificam como progressistas ($M = 24,13$; $DP = 9,3$).

3.3. Atitudes em Relação aos Imigrantes

A análise da Escala de Atitudes em Relação à Imigração (EARI) foi dividida em seus três fatores (Atitudes Positivas, Preconceito, Preconceito Extremo). Em relação ao fator “Atitudes Positivas”, observou-se um escore médio igual a 72,7 ($DP = 13,0$) e mediana igual a 78. Considerando que o escore máximo para esse fator é igual a 84, nota-se que é um escore alto, indicando uma elevada atitude positiva com os imigrantes. Já para os fatores “Preconceito” e “Preconceito Extremo”, o escore médio foi igual a 7,84 ($DP = 3,94$ e mediana = 6) e igual a 6,27 ($DP = 3,60$ e mediana = 4), respectivamente. Ambos os fatores têm um escore máximo de 28, sugerindo que a amostra apresentou níveis reduzidos de preconceito e de preconceito extremo.

Verificou-se que o escore do fator “Atitudes Positivas” está correlacionado positivamente e de maneira significativa com o fator “Contestação à Autoridade” ($r = 0,239$, p

< 0,001) da EAD e com o fator “Religiosidade Intrínseca” ($r = 0,247$, $p < 0,001$) da Durel. Por outro lado, o fator “Atitudes Positivas” correlacionado de maneira negativa e significativa com os fatores “Autoritarismo” ($r = -0,238$, $p < 0,001$), “Tradicionalismo” ($r = -0,295$, $p < 0,001$) e “Submissão à Autoridade” ($r = -0,185$, $p = 0,009$), e com o escore total da EAD ($r = -0,223$, $p = 0,002$). Padrão semelhante também foi observado com os fatores “Dominância” ($r = -0,401$, $p < 0,001$) e “Anti-Igualitarismo” ($r = -0,296$, $p < 0,001$) da SDO-7. As correlações entre o fator “Atitudes Positivas” e os fatores “Religiosidade Organizacional” e “Religiosidade Não-Organizacional” da Durel não foram estatisticamente significativas ($p = 0,069$ e $p = 0,224$, respectivamente).

Por outro lado, as correlações do fator “Preconceito” com os fatores da EAD e da SDO-7 apresentaram uma direção oposta à descrita acima. Isto é correlações positivas e significativas com os fatores “Autoritarismo” ($r = 0,389$, $p < 0,001$), “Tradicionalismo” ($r = 0,542$, $p < 0,001$) e “Submissão à Autoridade” ($r = 0,391$, $p = 0,009$), e com o escore total da EAD ($r = 0,518$, $p < 0,001$); e com os fatores “Dominância” ($r = 0,339$, $p < 0,001$) e “Anti-Igualitarismo” ($r = 0,346$, $p < 0,001$) da SDO-7. Por fim, observou-se correlações negativas e significativas com o fator “Contestação à Autoridade” ($r = -0,215$, $p = 0,002$) da EAD e com os fatores “Religiosidade Organizacional” ($r = -0,395$, $p < 0,001$), “Religiosidade Não-Organizacional” ($r = -0,236$, $p < 0,001$) e “Religiosidade Intrínseca” ($r = -0,382$, $p < 0,001$) da Durel.

O fator “Preconceito Extremo” correlacionou-se positiva e significativamente com os fatores “Autoritarismo” ($r = 0,190$, $p = 0,007$), “Tradicionalismo” ($r = 0,163$, $p = 0,021$) e “Submissão à Autoridade” ($r = 0,245$, $p < 0,001$), e com o escore total da EAD ($r = 0,268$, $p < 0,001$); e com os fatores “Dominância” ($r = 0,267$, $p < 0,001$) e “Anti-Igualitarismo” ($r = 0,160$, $p = 0,024$) da SDO-7. Também foi observada uma correlação negativa e significativa com o fator “Religiosidade Intrínseca” ($r = -0,218$, $p = 0,002$) da Durel. As correlações entre o fator “Preconceito Extremo”, o fator “Contestação à Autoridade” ($r = -0,215$, $p = 0,002$) da

EAD ($p = 0,608$) e os fatores “Religiosidade Organizacional” ($p = 0,098$) e “Religiosidade Não-Organizacional” ($p = 0,371$) da Durel não foram estatisticamente significativas.

Verificou-se por meio de testes t de amostras independentes se os fatores da EARI eram diferentes entre os participantes que se classificaram como conservadores e progressistas. Encontrou-se diferenças significativas no escore dos fatores “Atitudes Positivas” ($t_{197} = 4,57$, $p < 0,001$), “Preconceito” ($t_{197} = -8,71$, $p < 0,001$) e “Preconceito Extremo” ($t_{197} = -3,44$, $p < 0,001$). No primeiro fator, as pessoas progressistas ($M = 76,50$; $DP = 9,85$) apresentaram atitudes mais positivas em relação aos imigrantes em comparação com as pessoas conservadoras ($M = 68,47$; $DP = 14,71$). Já nos fatores “Preconceito” e “Preconceito Extremo”, em ambos os casos, os conservadores mostraram-se com mais atitudes negativas em relação aos imigrantes ($M = 10,03$; $DP = 4,13$ e $M = 7,17$; $DP = 4,16$, respectivamente) em comparação com os progressistas ($M = 5,88$; $DP = 2,47$ e $M = 5,46$; $DP = 2,78$, respectivamente).

4. Discussão

O presente estudo teve por objetivo investigar o preconceito contra minorias sexuais e imigrantes no Brasil e sua relação com a religiosidade, o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social. Os resultados indicam que os participantes tiveram mais atitudes positivas do que negativas em relação aos imigrantes e à diversidade sexual e de gênero, ou seja, não apresentaram elevados níveis de preconceito. Além disso, foram observadas correlações significativas entre os fatores sociocognitivos (religiosidade, o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social) e as atitudes negativas com imigrantes e diversidade sexual e de gênero, corroborando as hipóteses do estudo. Esses achados sugerem que, quanto mais uma pessoa se identifica com valores religiosos, exibe traços autoritários e valoriza estruturas sociais hierarquizadas e desiguais, maior a probabilidade de ela apresentar atitudes negativas, que são indicativas de preconceito, contra imigrantes e contra a população LGBTQIA+.

Adicionalmente, o estudo também apontou para uma divisão política nas atitudes preconceituosas, na qual os indivíduos conservadores demonstram ser mais propensos a atitudes negativas em comparação aos progressistas. Esses achados são consistentes com a literatura existente, que aponta para o papel que a orientação política desempenha na formação e manutenção de atitudes preconceituosas (Chambers, 2106; Cuevas & Dawson, 2020). Nessa direção, Etengoff e Lefevor (2020) também destacam o conservadorismo como o principal preditor do preconceito, atuando como mediador entre a religião e o sexismo e preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Os pesquisadores, através da análise de fatores sociais (como autoritarismo e fundamentalismo), concluíram que o conservadorismo fomenta atitudes preconceituosas ao promover a estabilidade e conformidade, refletidas em políticas religiosas que limitam a interação com grupos externos.

Se por um lado, o conservadorismo pode promover atitudes que favorecem a hierarquia social e a manutenção do estado vigente, o autoritarismo se caracteriza pela submissão a

autoridades e atitudes negativas contra indivíduos que desafiam as convenções sociais. Cavalcanti (2016) revelou que indivíduos com inclinações autoritárias são mais propensos a expressar preconceito, além de pontuar a ligação intrínseca entre conservadorismo e autoritarismo de direita. Isso se deve, em parte, à rigidez de suas crenças e a uma visão de mundo que enfatiza a ordem, a segurança e a resistência a mudanças, o que pode levar a uma desvalorização para com grupos considerados externos. A autora ainda afirma que essas pessoas tendem a se relacionar mais intensamente com seu próprio grupo, reforçando um senso de identidade e pertencimento. A falta de contato com outros grupos contribui para o fortalecimento de estereótipos e de ações discriminatórias, pois não favorece o desenvolvimento de empatia.

Pratto et al. (1994) apontam que indivíduos com alta orientação à dominância social são mais propensos a seguir ideologias e políticas que reforçam a desigualdade entre grupos. É importante lembrar que a orientação à dominância social se refere ao desejo de pessoas, que se identificam em determinados grupos, a serem superiores a grupos diferentes do seu. Diretamente ligado a essas predisposições, o preconceito emerge não apenas como um reflexo de crenças individuais, mas também como um fenômeno sustentado por estruturas sociais e ideologias que legitimam a desigualdade. A falta de aproximação com o grupo externo leva o indivíduo a sentir-se ameaçado por esse “outro” desconhecido e à sensação de perigo da hierarquia estabelecida.

Em relação às minorias sexuais e de gênero, os resultados também são consistentes com a literatura que associa o preconceito à religiosidade, a uma estrutura de personalidade autoritária e a uma maior valorização de hierarquias sociais (Chambers, 2016; Etengoff & Lefevor, 2020; Gomes et al., 2021; Herek, 1987; Todd et al., 2020). Esses achados estão alinhados com as discussões teóricas sobre como o preconceito é estruturado cognitivamente a partir da diferenciação e da categorização social, conforme teorizado por Tajfel (1982) e

discutido por Prado e Machado (2017). Em relação ao papel da religiosidade sobre atitudes negativas, Etengoff e Lefevor (2020) definem a religião como uma construção multidimensional que abrange práticas, crenças, emoções e motivações individuais e coletivas, ou seja, o preconceito pode ser entendido mais como um fenômeno social do que psicológico. Dessa forma, pode-se refletir que, mesmo o indivíduo sendo influenciado por fatores cognitivos, o processo é favorecido pelas experiências pessoais e o atravessamento da cultura e normas sociais. Isso quer dizer que, embora seja internalizado a nível individual, o preconceito é amplamente alimentado por doutrinas e políticas comunitárias. Os autores ainda esclarecem que a religião, enquanto instituição, pode não propagar o preconceito explícito, mas pode induzir os fiéis a não terem contato com o grupo externo, perpetuando a manutenção de normas sociais e de estereótipos.

Há estudos que sugerem uma associação da religiosidade intrínseca com atitudes mais positivas em relação à diversidade sexual e de gênero (Chambers, 2016). O presente estudo não corroborou esse achado, pois tanto a religiosidade intrínseca quanto a religiosidade extrínseca estiveram associados com mais atitudes negativas em relação às minorias sexuais e de gênero. Nesse sentido, a pesquisa de Todd et al. (2020) indica que tanto o conservadorismo cristão quanto o político estão vinculados à oposição aos direitos de minorias sexuais e de gênero, principalmente através do apoio à hegemonia cristã. Essa ligação demonstra o papel significativo de um sistema de poder e privilégio cristão como barreira aos direitos das minorias citadas, sugerindo que a manutenção dessa hegemonia contribui significativamente para o preconceito. Este vínculo entre conservadorismo, autoritarismo e a hegemonia cristã, quando entrelaçada com estruturas de poder e privilégio, pode sustentar e promover preconceitos contra as minorias sexuais e de gênero.

A religiosidade pode ampliar ou atenuar o preconceito, dependendo de como as crenças religiosas são interpretadas e vivenciadas, com algumas correntes religiosas promovendo

valores de tolerância e inclusão, enquanto outras reforçam preconceitos existentes (Etengoff & Lefevor, 2020; Gomes & Souza, 2021; Herek, 1987). Sugere-se, portanto, que estudos futuros explorem o aspecto da religiosidade de maneira mais ampla, por exemplo, com informações sobre a orientação religiosa dos participantes. Dessa maneira, pode-se compreender melhor as intersecções entre a religiosidade, o conservadorismo, o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social.

No que diz respeito às atitudes em relação aos imigrantes, a maior parte da amostra apresentou atitudes positivas em relação a esse grupo, sugerindo uma inclinação geral para a sua aceitação. Contudo, os resultados tiveram um padrão semelhante ao observado com a população LGBTQIA+, i.e., as atitudes em relação aos imigrantes são moduladas pelos níveis de autoritarismo de direita e de orientação à dominância social. Os estudos de Pratto et al. (1994) e Cuevas e Dawson (2020) oferecem uma compreensão sobre a interação entre essas variáveis, na medida em que a predisposição individual para manter ou aumentar as desigualdades entre grupos pode moldar atitudes negativas e discriminatórias, pois não apenas impulsiona visões negativas, mas também se opõe a perspectivas mais acolhedoras e inclusivas em relação aos imigrantes. Assim, pode-se entender que, para pessoas com preferência por estruturas de poder, hierarquias e desigualdades sociais, os grupos externos serão avaliados como ameaçadores, resultando em atitudes negativas em relação a eles.

De maneira interessante, observou-se que mesmo a dimensão de Religiosidade Intrínseca, a qual denota um envolvimento autêntico e profundo com a própria espiritualidade, sem estar atrelada aos preceitos e ritos das religiões formais, está relacionada com atitudes mais negativas em relação aos imigrantes. Na mesma direção, as outras dimensões da P-DUREL, Religiosidade Organizacional (RO) e Não-organizacional (RNO), associadas às práticas religiosas tradicionais coletivas e individuais, respectivamente, mostraram-se associadas ao preconceito contra os imigrantes, mesmo que em níveis baixos. Nesse sentido, os achados aqui

descritos sugerem que o nível de religiosidade pode contribuir para que a pessoa não entre em contato com grupos externos, favorecendo a manutenção de estereótipos e a ocorrência de preconceito. No entanto, é provável que a religião não favoreça a propagação de preconceito explícito ou violência contra os imigrantes. Se isso fosse verdade, encontraríamos correlações positivas entre os níveis de RO e RNO (P-DUREL) com a dimensão Preconceito Extremo (EARI).

Mais uma vez, esses resultados indicam que, a depender da motivação religiosa e/ou das influências que atravessam a pessoa, o indivíduo pode apresentar tanto atitudes positivas quanto atitudes negativas em relação ao imigrante. Por exemplo, Etengoff e Lefevor (2020) argumentam que “doutrinas/políticas (por exemplo, 'amar o pecador, odiar o pecado') podem fornecer aos indivíduos uma justificativa que lhes permita discriminar” (p. 3). Esses autores também destacam a importância de diferenciar aspectos da religiosidade e como eles interagem com os valores sociais e individuais.

Neste contexto, o papel mediador do autoritarismo de direita reforça essa complexidade, apontando que o tipo de religião e o grau de religiosidade podem influenciar as atitudes discriminatórias de maneira indireta, através de construtos ideológicos e autoritários (Cavalcanti, 2016). Portanto, enquanto a Religiosidade Intrínseca parece favorecer uma abertura e tolerância em relação aos imigrantes, a presença do autoritarismo pode distorcer essa tendência, promovendo atitudes discriminatórias em determinados contextos. Esse entrelaçamento torna-se evidente em situações percebidas como socialmente ameaçadoras, nas quais o apelo ao conservadorismo e à manutenção de estruturas de poder tradicionais se intensifica como um mecanismo de defesa, pois “o conservadorismo é considerado uma forma adaptativa de cognição social que ajuda as pessoas a lidar com a incerteza” (Etengoff & Lefevor, 2020, p. 2).

Com base nas informações presentes no estudo Mundim e Santos (2022), pode-se entender que o preconceito contra imigrantes no Brasil se manifesta através de uma interação entre percepções de ameaça social, competição econômica e distinções raciais. Os autores sugerem que a atitude dos brasileiros à imigração é influenciada tanto pela origem dos imigrantes quanto por fatores econômicos. De maneira específica, imigrantes oriundos de países de população majoritariamente negra são vistos de maneira mais negativa em comparação com outros grupos. Paralelamente, preocupações econômicas individuais também desempenham um papel crucial na percepção pública sobre a imigração, por exemplo, o desemprego pode intensificar sentimentos de rejeição ou de resistência aos imigrantes. Assim, qualquer situação que envolva a diminuição de recursos materiais e sociais (“privilégios”) pode ser interpretada como socialmente ameaçadora, o que leva a uma reação, em geral, por meio de atitudes negativas dirigidas aos grupos externos.

No que diz respeito às limitações do presente estudo, pode-se mencionar a ausência de perguntas sobre a orientação sexual dos participantes, pois essa é possivelmente uma variável de confusão para a medida de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, bem como para as medidas de autoritarismo de direita e de orientação à dominância social. Além disso, abordou-se a religião de uma maneira ampla, sem distinguir as diferentes crenças ou práticas religiosas, o que pode ter simplificado a análise da complexa interação entre fé e preconceito. Assim, sugere-se que estudos futuros realizem uma análise mais minuciosa das práticas e das doutrinas religiosas, a fim de compreender seus impactos nas dinâmicas individuais e sociais que favorecem a atitudes positivas e/ou negativas em relação a indivíduos e grupos.

5. Conclusão

O presente estudo buscou investigar a relação entre preconceito contra minorias sexuais e imigrantes, religiosidade, autoritarismo de direita e orientação à dominância social no contexto brasileiro. Os resultados evidenciaram a associação entre os fatores sociocognitivos com níveis elevados de preconceito. A análise dos dados também apontou para uma diferenciação significativa nas atitudes preconceituosas com base em orientações políticas, indicando que indivíduos com inclinações conservadoras tendem a apresentar níveis mais altos de preconceito em comparação com os progressistas. Esta constatação reforça a importância de considerar a interseccionalidade entre crenças políticas e sociais no estudo do preconceito. Importante ressaltar, no entanto, que a religiosidade, por si só, não determina atitudes preconceituosas. A maneira como as crenças religiosas são interpretadas e vivenciadas pelo indivíduo pode promover tanto atitudes positivas quanto atitudes negativas.

Por fim, o estudo mostrou-se importante por revelar o impacto dos fatores sociocognitivos na modulação e na sustentação de atitudes negativas em relação à diversidade sexual e de gênero e aos imigrantes. Essa contribuição teórica auxilia numa maior compreensão do fenômeno do preconceito, condição necessária para o desenvolvimento de estratégias para combatê-lo, promovendo uma cultura de tolerância e respeito à diversidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

6. Referências

- Allport, G. W., & Ross, J. M. (1967). Personal religious orientation and prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5(4), 432–443. <https://doi.org/10.1037/h0021212>
- Bastos, A. V. B. (1999). Organização e cognição: explorando um ‘olhar’ da psicologia sobre os processos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 6(15), 83-98. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10413>
- Beytía, P. (2012). Una lectura bourdieuana acerca de Bourdieu. *Persona Y Sociedad*, 26(3), 11–32. <https://doi.org/10.53689/pys.v26i3.23>
- Brandt, G. B., & Wasserman, M. (2021). O estereótipo como elemento discursivo: reflexões a partir da figura do imigrante no Brasil. *Revista Aedos*, 12(27), 72–94. <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/108379>
- Butler, J. B. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Cavalcanti, A. P. R. (2016). *Relações entre preconceito religioso, preconceito racial e autoritarismo de direita: Uma análise psicossocial* [Dissertação de doutorado, Universidade Federal da Paraíba].
- Chambers, C. (2016). *Religiosity and modern prejudice: Points of convergence and points of departure*. Columbia University.
- Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, & Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2023). *Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+*. CFP.
- Costa, A. B., Machado, W. de L., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2016). Validation study of the revised version of the scale of prejudice against sexual and gender diversity in

- Brazil. *Journal of Homosexuality*, 63(11), 1446–1463.
<https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1222829>
- Cuevas, J. A., & Dawson, B. L. (2021). An Integrated Review of Recent Research on the Relationships Between Religious Belief, Political Ideology, Authoritarianism, and Prejudice. *Psychological reports*, 124(3), 977–1014.
<https://doi.org/10.1177/0033294120925392>
- Duarte, M. Q. (2020). *Atitudes frente à imigração e a sua associação com preconceito, personalidade, valores psicossociais e bem-estar* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Etengoff, C., & Lefevor, T. G. (2021). Sexual prejudice, sexism, and religion. *Current opinion in psychology*, 40, 45–50. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.08.024>
- Frödin, O. (2017). Attention schema theory, na interdisciplinary turn? Cognition, culture and institutions. *Anthropological Theory*, 17(1), 88-107.
<https://doi.org/10.1177/1463499616678484>
- Giavoni, A., & Tamayo, A. (2000). Inventário dos Esquemas de Gênero do Autoconceito (IEGA). *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(2), 175-184. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000200010>
- Gomes, Á. A. A. de M., & Souza, L. E. C. de. (2021). Todo religioso é preconceituoso? Uma análise da influência da religiosidade no preconceito contra homossexuais. *Psico*, 52(4), e36291. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2021.4.36291>
- Herek, G. M. (1987). Religious orientation and prejudice: A comparison of racial and sexual attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 13(1), 34–44.
<https://doi.org/10.1177/0146167287131003>

- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. Em L. Camino, A. R. Rosas, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: Temas e teorias* (2ª ed., revista e ampliada, pp. [589-640]). Technopolitik.
- Moreira-Almeida, A., Peres, M. F., Aloe, F., Lotufo Neto, F., & Koenig, H. G. (2008). Versão em português da Escala de Religiosidade da Duke – DUREL. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 35(1), 31-32. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832008000100006>
- Pérez-Nebra, A. R., & Jesus, J. G. de. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* [Recurso eletrônico]. Artmed.
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2017). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. Cortez Editora.
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology* 67(4), 741-763. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.741>
- Silva, C. D., Bousfield, A. B. S., Leandro, M., Becker da Silva, M. L., & Bousfield, R. (2021). Representações sociais de imigrantes involuntários: um estudo documental. *Crise, Fluxos Migratórios e Políticas Sociais*, 23(49), 357-374. <https://doi.org/10.26512/sersocial.v23i49.35735>
- Sousa, K. N. de, & Souza, P. C. de. (2021). Social representation: A theoretical review of the approach. *Research, Society and Development*, 10(6), e38610615881. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15881>

- Strelhow, M. R. W., & Sarriera, J. C. (2018). Evidências de validade do índice de religiosidade de duke (P-DUREL) entre adolescentes. *Avaliação Psicológica*, 17(3). <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2018.1703.14630.06>
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Livros Horizonte.
- Todd, N. R., Yi, J., Blevins, E. J., McConnell, E. A., Mekawi, Y., & Boehm Bergmann, B. A. (2020). Christian and Political Conservatism Predict Opposition to Sexual and Gender Minority Rights through Support for Christian Hegemony. *American journal of community psychology*, 66(1-2), 24–38. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12420>
- Tróccoli, B. T. (2011). Cognição social. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* [Recurso eletrônico]. Artmed.
- Vilanova, F., Araújo DeSousa, D., Koller, S. H., & Costa, Â. B. (2018). Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Trends in Psychology*, 26(3), 1127-1140. <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt>
- Vilanova, F., Koller, S. H., & Costa, Â. B. (2021). Mediation effects of right-wing authoritarianism factors in the path religiosity - prejudice towards sexual and gender diversity. *Psychology & Sexuality*, 12(4), 374–383. <https://doi.org/10.1080/19419899.2019.1688379>
- Vilanova, F., Almeida-Segundo, D. S. de., Duarte, M. de Q., & Costa, Â. B. (2022). Evidências de Validade da Escala de Orientação à Dominância Social no Brasil. *Psico-USF*, 27(3), 437–449. <https://doi.org/10.1590/1413-82712024270303>
- Vilanova, F., Milfont, T. L., & Costa, A. B. (2023). Short version of the right-wing authoritarianism scale for the Brazilian context. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 36, 17. <https://doi.org/10.1186/s41155-023-00260-4>

Żemojtel-Piotrowska, M., Piotrowski, J., & Sawicki, A. (2023). Religiosity, spirituality, national narcissism, and prejudice toward refugees and sexual minorities in Poland. *Psychology of Religion and Spirituality*, 15(4), 533–542.
<https://doi.org/10.1037/rel0000430>